

A INVESTIGAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS ATRAVÉS DO INQUÉRITO POLICIAL: UMA ANÁLISE JURÍDICA



Acesso ao Artigo

MENNA, Julia Gross¹; BRITOS, Amanda¹; QUIROGA, Miriela Fernandes¹;

*E-mail para contato: quirogamiriela260@gmail.com ¹Discentes do Curso de Direito Nível V 2023/1- Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

SILVA, Carolina Alt da ²; OLIVEIRA, Juliana Gonçalves de²; NUNES, Simone

Terezinha Gonçalves ² PERBONI, Viviane ²

² Docentes do Curso de Direito Nível V 2023/1- Faculdade IDEAU – Bagé/RS.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo teórico-prático apresenta, inicialmente, uma análise das práticas investigativas e dos procedimentos adotados pelas autoridades policiais no âmbito dos inquéritos policiais, tendo em vista que estes constituem o ponto de partida fundamental para a apuração dos crimes, desempenhando papel essencial na coleta de provas e na construção detalhada do caso.

Sob esse viés, objetiva-se compreender o papel do inquérito policial na investigação do tráfico de drogas, à luz da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), do Código Penal e Processual Penal, dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana e da discussão sobre a legalidade da utilização de entorpecentes.

Logo, embora a responsabilização penal seja o foco principal do inquérito e da subsequente ação penal, é imprescindível considerar também as consequências civis decorrentes da prática delituosa, como a indenização pelos danos causados à vítima, reforçando a dimensão reparatória do Direito. Neste contexto, o presente artigo busca analisar a natureza jurídica do inquérito policial e sua aplicação prática no contexto do tráfico de entorpecentes, destacando os aspectos processuais, as garantias legais e os impactos sociais envolvidos nesse complexo fenômeno criminal.

METODOLOGIA

Este Projeto de Aperfeiçoamento Teórico-Prático (PATP) foi desenvolvido por meio de um procedimento sistemático de análise e organização dos dados, fundamentado em referências bibliográficas e nos objetivos estabelecidos, considerando o conhecimento acumulado até o momento.

Para a elaboração do referencial teórico, realizou-se uma revisão bibliográfica utilizando o método qualitativo, de natureza descritiva e bibliográfica, com o intuito de propiciar um aprendizado significativo, eficaz e relevante, base para a construção do conhecimento.

Por fim, foram analisados os posicionamentos da doutrina predominante, bem como as jurisprudências e entendimentos recentes dos tribunais regionais, especialmente em relação a casos de investigação criminal conduzidos via Inquérito Policial, fundamentando a análise teórica, metodológica e dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto do presente estudo, foi realizado um estudo de caso concreto fundamentado no Inquérito Policial nº 195/2020/151110/A, instaurado para apurar a prática do crime de Tráfico Ilícito de Entorpecentes, previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006. A análise detalhada deste caso possibilitou uma compreensão aprofundada sobre o funcionamento, a importância e os princípios que norteiam a investigação criminal no âmbito do processo penal brasileiro.

Durante a investigação, foram identificados os procedimentos adotados pela Polícia Judiciária, bem como os desafios enfrentados na coleta e na produção de provas, essenciais para a delimitação precisa da conduta e da autoria do delito. Ressalta-se que, no caso em análise, houve a prisão em flagrante do acusado, o que evidenciou a operacionalização prática dos institutos penais aplicáveis.

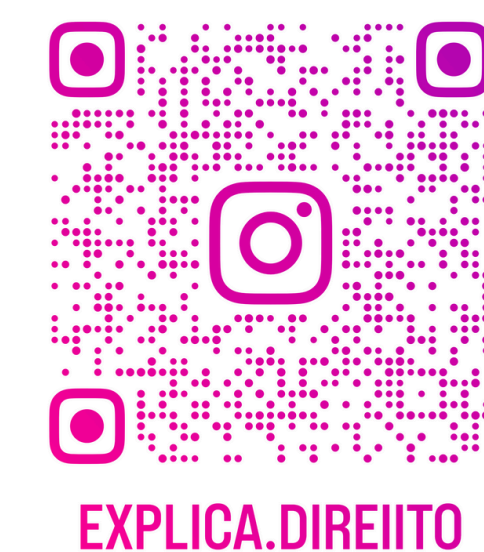
Para melhor entendimento e agregar àquilo extraído do caso concreto, realizou-se entrevista com profissional da área, o experiente Policial Civil Lauro Telles, lotado na Delegacia de Polícia de Dom Pedrito/RS. O Servidor, que é Inspetor no Órgão Público, atua em centenas de diligências, investigações e indiciamentos na cidade.

A interação com o referido servidor público contribuiu para um melhor entendimento sobre a condução do Inquérito Policial na prática, bem como seus desdobramentos legais.

Complementando a atividade, desenvolveu-se uma ação de extensão voltada à disseminação do conhecimento jurídico à comunidade em geral, por meio da criação do perfil informativo no Instagram: @explica.direito.

O objetivo da iniciativa foi promover, de forma acessível, informações essenciais sobre o funcionamento do inquérito policial, a importância do boletim de ocorrência, os direitos do investigado e os principais marcos legais relacionados à investigação criminal. A ação buscou democratizar o acesso à informação e fomentar o diálogo entre o Direito e a sociedade civil, promovendo a educação jurídica informal como instrumento de cidadania.

Dessa forma, a análise dos resultados demonstrou a relevância do inquérito policial na persecução penal, sua conexão direta com a efetivação da justiça criminal e a importância do olhar crítico e técnico na avaliação de procedimentos legais. A junção entre teoria e prática consolidou o aprendizado acadêmico, favorecendo o desenvolvimento de competências investigativas, analíticas e comunicacionais, essenciais à formação jurídica. É possível acessar o informativo do instagram, por meio do QR Code a seguir:



EXPLICA.DIREITO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo, compreendeu-se melhor a importância e dinâmica do Inquérito Policial para o ajuizamento de ações penais. Tornou-se necessário, neste trabalho, evidenciar os efeitos jurídicos da Investigação Policial, bem como os segmentos jurídicos que o instituem e tipificam. Nessa ótica, conforme disposto no artigo 4º, o Código Penal brasileiro legisla acerca do IP. Por conseguinte, entende-se, nos parágrafos que seguem, as formas de instauração da investigação: (1) De ofício, pela autoridade policial; (2) mediante requerimento do ofendido; (3) mediante requisição do Ministério Público; (4) por auto de prisão em flagrante; e (5) por determinação de autoridade policial, geralmente após o recebimento de uma *notitia criminis*. Assim, conclui-se que o inquérito policial, quando conduzido de forma técnica, imparcial e dentro dos limites legais, representa um instrumento eficaz não apenas para a repressão penal, mas também para a promoção da justiça, servindo como garantia tanto para o Estado quanto para os direitos do investigado.

REFERÊNCIAS

Acesse o QR code para maiores informações deste tópico.

